

CGT ao Povo: NÃO no Plebiscito e Governo Que Faça Reformas de Base

São Paulo: Dia 4, Ato Público Pelo NAO

Diá 4, às 19,30 horas, no sede do Sindicato das Metalúrgicos, em Osasco, vereadores e líderes sindicais vão promover um ato público pelo NÃO no plebiscito de 6 de janeiro, em defesa das liberdades democráticas e sindicais, pelo direito de greve e pela posse dos candidatos eleitos dos trabalhadores e sargentos.

NOVOS RUMOS

ANO IV - Rio de Janeiro, semana de 28 de dezembro de 1962 a 3 de janeiro de 1963 - N.º 202

Coexistência Pacífica Posta à Prova

Lei na 4ª página importante editorial da REVISTA INTERNACIONAL, que examina a crise do Caribe e a afirmação da política de coexistência pacífica como elemento regulador da situação internacional.

Plebiscito e Novo Governo

Oriundo Bomfim Jr.

UMA das características da situação política brasileira está no contínuo aguçamento da luta entre as forças nacionalistas e democráticas de um lado, e as forças reacionárias e entreguistas, de outro. E podemos dizer que atravessamos um momento particularmente aguçado, cujas consequências poderão ser muito importantes para o ulterior desenvolvimento do processo. Não há dúvida de que a presença repressiva e opressora do imperialismo norte-americano, seus aguçados e sustentáculos em nosso país, desazadamente se faz sentir de maneira ininterrupta. Mas, e também certo que nos dias que passam, a ação desses fatores de atraso e miséria se tornou mais intensa, desenvolvendo-se sob diversas formas e, digamos, em todas as frentes. Os fatos estão aí, tornados públicos completa ou parcialmente, possibilitando uma justa apreciação dos acontecimentos.

traição ao Brasil, uma lei que nos protege contra a espolição imperialista. Ainda não foi divulgado o Plano Trienal, apresentado pelo sr. Getúlio Furtado, que mereceria oportunamente nossa apreciação. Mas, bastou que se divulgasse que a orientação era no sentido do desenvolvimento baseado principalmente nos recursos internos do País para que contra ele se entusiasmaram os porta-vozes dos monopólios. Poderia, diante desses fatos, haver alguma dúvida quanto aos objetivos da ofensiva do imperialismo e seus sequazes, quanto às mudanças que pretendem obter na composição e na política do Governo?

Diante de todos os democratas e patriotas se coloca a tarefa de enfrentar e derrotar essa ofensiva. Não realmente necessárias mudanças na composição e na política do Governo. A opinião dos comunistas a respeito é bastante conhecida. Mas, e necessário mudar para melhor, não para pior. Partindo do que já foi conquistado, do que de positivo há na política externa e na política interna, avançar ainda mais. Ao nível de retirar do Governo personalidades ligadas ao movimento nacionalista, reforçar suas posições. Fortalecer o Governo com homens que mereçam a confiança das massas, expurgando-o ao mesmo tempo das que estejam ligadas aos escusos interesses do latifundiário e do imperialismo. Nada explicar, por exemplo, a inclusão no futuro Ministério de um sr. Tancredo Neves, reconhecidamente comprometido com a Hanna e a Light.

O sentido do desenvolvimento da situação política brasileira e oposto ao retrocesso pretendido pelos imperialistas e seus agentes. As forças nacionalistas e democráticas vem fortalecendo suas posições e obtendo êxitos. E perfeitamente possível, no momento e nas condições atuais, levar ao fracasso as pretensões da reação e do imperialismo, influir no sentido da constituição de um Ministério que signifique um passo a frente, e não um recuo, no caminho pela conquista de um governo nacionalista e democrático. Mas, se a luta das massas pode consolidar e ampliar as posições já conquistadas e alcançar novos êxitos. E a campanha do plebiscito, pela revogação do Ato Adicional, adquirindo o conteúdo de luta por esses objetivos, representa importante papel na batalha política que se desenvolve, devendo por isso mesmo ser intensificada com vigor e entusiasmo.

Povo Exige do Governo: Repulsa ao Imperialismo e Ação Contra Golpistas

Demissão para o provocador Bulhões e outros agentes entreguistas — Continuam as pressões e ofensas da imprensa yanque contra o Brasil — As articulações golpistas do governador Lacerda e da quadrilha reacionária — Jornais brasileiros alimentam a articulação golpista — A campanha do plebiscito — Votar NÃO também contra os golpistas — Pág. 3

O PAPA E A PAZ

Em sua mensagem de Natal, o Papa João XXIII voltou a pronunciar-se em favor da paz mundial. Rogou-se, com razão, o chefe da Igreja Católica pelos resultados positivos alcançados nos recentes entendimentos entre chefes de Estado para salvaguardar este bem precioso dos povos. Numa referência evidente ao acordo havido entre a União Soviética e os Estados Unidos na chamada questão cubana, o Papa reconheceu que há «sinais indubitáveis e nos assegurar que se vão abrindo novas perspectivas de confiança fraterna e esplendores de uma verdadeira paz no horizonte internacional». Fêz votos para que seja este o «ponto de partida para a erradicação de uma nova história do mundo contemporâneo». E acrescentou João XXIII: «Reiteramos hoje este salene apelo, suplicamos a todos os governantes a que não permaneçam surdos a este clamor da humanidade. Que façam tudo que deles dependa para salvar a paz. Que continuem mantendo negociações, que esta atitude leal e aberta tenha grande valor para a consciência de cada um perante a história. Promover, favorecer, aceitar as negociações em todos os níveis é uma regra de sabedoria e prudência...»

A palavra do chefe da Igreja Católica, naturalmente, encontra eco entre centenas de milhões de crentes católicos em diferentes países, particularmente na América e na Europa. Seu apelo coincide com um profundo anseio de paz, que se tornou mais veemente depois da crise em que o mundo foi colocado ante a ameaça da destruição termonuclear. Cada ser humano consciente compreendeu melhor o quanto é imperioso lutar pela paz, empenhar todos os esforços para salvaguardá-la. Nesta luta não devem separar os homens nem crenças religiosas, nem filiações partidárias, nem posições filosóficas. O chefe da Igreja Católica demonstra compreendê-lo neste grave momento. Seu apelo é, pela sua oportunidade, valiosa contribuição à causa da paz entre os povos.

BANCÁRIOS ESCOLHERAM POR ESMAGADORA MAIORIA «UNIDADE DEMOCRÁTICA»

Texto na 2ª página

COMÉRCIO DO BRASIL COM PAÍSES SOCIALISTAS VAI SER COORDENADO

Texto na 7ª página



CPC inaugura hoje «Carreta do Povo»

Hoje, quinta-feira, às 20 horas, no Largo do Machado, com a apresentação do «Auto do NAO», o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, inaugurará a «Carreta do Povo». A «Carreta» é um teatro volante, puxado por um jipe. Para em qualquer lugar — e começa a função. Não cobra ingressos. É teatro para o povo. Para falar ao povo, na linguagem popular, os problemas do povo. E começará exortando o povo a que vote NAO no plebiscito, exigindo a realização imediata das reformas de base e a constituição de um governo nacionalista e democrático. Na estreia da «Carreta do povo» apresentar-se-ão João das Neves, Carlos Alberto Verze, Leonides Bayer, Teresa dos Santos e todo o elenco do CPC, além de Glaucio Rocha, Mario Lago, Dias Gomes, Linda e Dirceinha Batista, Marion, Vanja Orico, Cartola, Ze Kelly, Nelson Cavatinho, a Escola de Samba Estação Primeira, de Mangueira, e Rafael de Carvalho que porá o público em contacto com os cantadores populares Manuel Messias, Waldemar Teixeira e Apolinário Belo.

Trabalhadores: NAO ao Parlamentarismo e à Cassação

Lotando, dia 20, totalmente o grande auditório do Palácio do Metalúrgico os trabalhadores cariocas manifestaram em memorável assembleia a sua disposição de lutar por todos os meios possíveis para defender os mandatos dos parlamentares que elegeram, ameaçados absurdamente pela justiça eleitoral, e reafirmaram a sua participação na campanha por um NAO vigoroso ao ato adicional no plebiscito do dia 6 de janeiro. A mesa que dirigiu a reunião (foto) estiveram sentados, entre outros, o vice-governador Eliel Dutra, Dante Pelacani, diretor do Departamento Nacional de Previdência Social, Clodomir Rianni, presidente do CNTL, e vários deputados federais e estaduais. O grande ato público aprovou uma resolução, que publicamos em reportagem na 7ª página, definindo a posição dos trabalhadores diante da consulta ao povo sobre a volta ao presidencialismo e da ameaça de cassação dos mandatos dos parlamentares populares.

Comício em Bonsucesso

Com início às 20 horas realizar-se-á, dia 3 de janeiro, quinta-feira próxima, na praça das Nações, em Bonsucesso, grande comício popular por um NAO no plebiscito e pelas reformas de base.

Deputados populares têm escritório

Domingo, dia 30, será inaugurado na rua Itaipu, n.º 233, na Penha, um escritório eleitoral dos deputados Marco Antônio Coelho, Herculano Corrêa e João Massurana Melo. Para a festividade, que terá início às 17 horas, estão convidados os trabalhadores e o povo.

PARANÁ: LATIFUNDIÁRIOS ASSASSINAM E FICAM IMPUNES

Texto na 6ª página

A Reforma Bancária Que o Brasil Necessita

Na 8ª página

Em Cuba o Primeiro Congresso de Mulheres da América

Texto na 6ª página

PÁGINAS DA VIDA

Voltamos a publicar, nesta edição, as confissões inéditas de Eisenstein. Na página 5.

# Bancários Nas Urnas Consagraram Trabalho da Unidade Democrática

## CGT no povo: NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE

Por esmagadora maioria (70% dos sufrágios) a chapa Unidade Democrática venceu as eleições no Sindicato dos Bancários da Guanabara, liderada por Humberto Archibaldo Campbell, a nova diretoria se pôde realizar extensa programação de trabalho em favor da massa bancária, além de campanhas de cunho político, relacionadas com a defesa do País e dos interesses do povo brasileiro.

Antônio Pereira da Silva Filho, Marcos Aurélio F. Pereira da Silva, Simão Bolívar Sento de Fachinetti e Washington Limaolito Leite compõem a diretoria encabeçada por Campbell, até agora vice-presidente da Federação dos Bancários da Guanabara, Espírito Santo e Estado do Rio.

Com 36 anos de idade, 11 de bancária, 18 no Rio e 8 anos de militância sindical, Campbell está perfeitamente identificado com os problemas da sua categoria. Em 1950 esteve na Bahia, junto com outros companheiros, fundou a Associação Profissional dos Bancários de Alagoas. Grande ativista, tem participado de todas as lutas dos bancários, como em função das quais foi elevado à vice-presidência da Federação dos Bancários dos Estados da Guanabara Rio de Janeiro e Espírito Santo.

E, portanto, um experiente, mental, e combativo jovem que comandará os bancários, continuando o trabalho realizado por Pereira Filho, no e Humberto Meneses, todos eleitos na chapa Unidade Democrática.

### TENDÊNCIAS PARA 63

Para Campbell, a tendência do movimento sindical bancário é de avançar cada vez mais. Para isso, continuaremos com a campanha de sindicalização, que já atinge a percentagem de 70%, e vamos ampliar a sede do Sindicato, já insuficiente para atender as suas inúmeras atividades.

"Temos um sindicato altamente acatado. Nas últimas assembleias as decisões têm sido aprovadas por unanimidade e o que prova a perfeita identidade entre a direção sindical e os bancários.

E mais: "Além deste ano de 1962 lutaremos pelo cumprimento da lei 4.999, pois vários

bancos vêm tergiversando sobre o seu pagamento. Para o próximo ano, deveremos, no campo econômico, conquistar um salário profissional condigno para a classe bancária, anexo que vem desde 46, e para o qual a atuação do Sindicato nos últimos anos, tem polarizado a atenção de todos os nossos colegas.

Como uma das parcelas de trabalhadores mais interessadas e, por motivos objetivos, mais responsáveis, teremos ainda no próximo ano a luta pela conquista de uma reforma bancária progressista, que dentro do Brasil, do Conselho de Estudos da CONTEC, venha proporcionar a democratização da crédito no País. A proposta, ainda recentemente apresentada, e o tema greve nacional de administração e controle de crédito, a ser tratado no âmbito do Grupo de Trabalho, no qual a CONTEC é uma representante por um voto para a elaboração de uma verdadeira Reforma Bancária. Finalmente, ainda no campo econômico, apresentamos planos para a elaboração de uma verdadeira Reforma de Bancos que possam liberar o País do estado de subdesenvolvimento e de atraso econômico.

### PREVIDÊNCIA SOCIAL

O novo presidente do Sindicato dos Bancários volta a falar sobre os seus planos de maior entusiasmo com a defesa das categorias profissionais. Toda luta e a nossa luta, e as reivindicações também são as nossas reivindicações e que procuram alcançar os mesmos meios por nós desfrutadas.

"Consideramos uma obrigação não só manter como ampliar esta fraternidade. Além, já é uma prática bastante comum referir-nos a sede social para a realização de reuniões e assembleias de outras categorias profissionais, notadamente, de telegrafistas, jornalistas, carteiros, gráficos, funcionários públicos, trabalhadores na indústria de petróleo, etc.

Vale assinalar, ainda, nossa participação na luta pela melhoria da previdência social, com a conquista da Lei 4.999, foi um passo a

fronte. No caso dos bancários, continuaremos, com os demais sindicatos do Brasil, a dar inteiro apoio aos nossos representantes no Conselho de Administração Conselho Fiscal e demais órgãos da IAPB, a fim de que a Previdência Social, dentro das reais condições sociais do País, possa trazer ao trabalhador bancário aquela assistência que mais se aproxima das suas reais necessidades.

A recente aquisição do Hospital dos Bancários, a mais perfeita organização hospitalar da América do Sul, constitui uma conquista, a qual prova a certeza da luta travada pela melhoria da direção do nosso órgão previdenciário.

### APELO À CRÍTICA

Campbell foi eleito folgado, felizmente, teve uma votação que é a melhor expressão do prestígio que a chapa Unidade Democrática detém no meio da corporação bancária.

Sobre as últimas eleições no seu Sindicato, diz: "A expectativa votação, com que os bancários católicas consagraram a acertada orientação que vem sendo imprimida ao nosso Sindicato, cerca de 70% dos sufrágios, nos anima a continuar trilhando o caminho que vem sendo traçado pelos efeitos desde 1951, pela legenda Unidade Democrática. Aos nossos opositores, que acreditamos sejam eventuais, conclamamos a vir trabalhar conosco para alcançarmos os objetivos que esperamos sejam alcançados quanto ao nosso. E aos bancários que não sufragaram o nosso nome, apelamos para que nos deem uma crítica construtiva ao nosso trabalho, o que será muito apreciada e com o auxílio de nossa unidade, que já é pujante."

### INDEPENDÊNCIA

Quanto à posição do Sindicato face aos patrões e o Governo, diz o jovem dirigente: "Consideramos que o prestigio destruído, pelo nosso Sindicato e o resultado da atuação que temos tido em todos os campos de luta. Queremos registrar que o elevado conceito do Sindicato, entre os bancários e demais trabalhadores de todo o Brasil, e o resultado natural não somente das vitórias e conquistas que vimos ob-

tendo, mas fundamentalmente, da independência com que nos mantemos frente ao patronato e ao Governo. Esta orientação continuará sendo a linha do Sindicato dos Bancários, enquanto dirigido sob a legenda da Unidade Democrática.

### PROGRAMA

O programa a ser cumprido por Campbell nos seus dois anos de mandato tem como orientação manter o Sindicato aberto a todos os bancários, sem discriminação de qualquer ordem, princípio político, condição básica da nossa unidade e da efetiva prática da democracia sindical; intensificar o trabalho de unidade entre os bancários, desde o local de trabalho ao âmbito nacional, proporcionando a participação da maior número de funcionários de cada banco, na direção do Sindicato e, finalmente, permanentemente vigilância e combate a quaisquer movimentos tendentes ao fracasso da unidade orgânica do movimento sindical do nosso País.

Dentro das reivindicações específicas, o programa de Campbell e seus companheiros da Unidade Democrática prega, ainda:

Melhoria do padrão de vida, através de aumentos salariais, pelo contrato coletivo de trabalho e pela luta contra a carestia e suas causas básicas;

Fiscalização das leis do trabalho, com o cumprimento efetivo do horário corrido (principalmente nos bancos com dois turnos) e campanhas, com os demais trabalhadores, pela reconquista do direito dos Sindicatos fiscalizarem o cumprimento das leis trabalhistas, e atuação dos infratores;

Reemprego, pela defesa permanente dos bancários demitidos e seu aproveitamento preferencial na profissão;

Liberdade e autonomia sindicais, lutando pela revogação da lei 9.070, pela extinção do Fundo Social Sindical e oficialização das Comissões Sindicais;

Previdência Social — maior participação dos empregados nos Institutos, melhoria da assistência médica do IAPB, funcionamento permanente da Carteira de Emprego, Simples do IAPB, canalizada nos níveis de salário mínimo, venda dos imóveis deficiências do Instituto, aos associados, litigios que o desobriguem, litigios de casa e aquisição de terrenos para venda ou locação aos bancários, melhoria do funcionamento do Hospital dos Bancários, o constante vigilância para seu perfeito funcionamento.

Outros pontos do programa se relacionam com a defesa da mulher bancária e da menor de 18 anos, estabilidade no emprego, imposto de renda, delegacias sindicais, colônias de férias, defesa das liberdades democráticas e a luta pela Reforma de Base.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.

Em manifesto aprovado por cerca de 70% dos bancários, o povo brasileiro que vota NÃO NO PLEBISCITO É SIM ÀS GRANDES REFORMAS DE BASE.



**VITÓRIA DA UNIDADE**  
Centenas de bancários acompanharam com grande atenção a contagem dos votos da última eleição no Sindicato dos Bancários da Guanabara, que resultou em mais uma consagradora vitória da chapa Unidade Democrática. Cerca de 70% dos votantes sufragaram a chapa vitoriosa, encabeçada por Humberto Campbell.

- Participando do Plebiscito a chapa Unidade Democrática, em defesa das reformas de base, os trabalhadores estarão reforçando sua unidade com todos os brasileiros interessados na melhoria do Brasil e contribuindo para a conquista dos seus objetivos sociais e políticos.
- Na formação do novo Governo, a 6 de Janeiro, na Carta da Constituição de 1960, os trabalhadores deverão exigir:
- a) Constituição de um Governo Nacionalista e Democrático com a participação de representantes dos trabalhadores, para a realização urgente das seguintes medidas:
    - a) Reforma Bancária progressista, com democratização e respeito ao crédito;
    - b) Contorno dos preços dos gêneros de primeira necessidade e medidas concretas contra a carestia;
    - c) Respeito aos direitos adquiridos dos trabalhadores;
    - d) Reforma Agrária, que dê meios e terras aos camponeses e extinga o latifúndio;
    - e) Reforma da Lei Eleitoral, com voto para os analfabetos e soldados. Revogação do art. 28 da Lei Eleitoral;
    - f) Verdadeira Reforma Tributária, visando a extinção da inflação;
    - g) Anistia para os que ratam cond. vítimas de processos políticos;
    - h) Sindicalização para os funcionários públicos;
    - i) Salário-família para os trabalhadores, na mesma proporção paga aos funcionários públicos;
    - j) Direito de Greve; Retirada do projeto Jefferson de Aguiar e aprovação do projeto originário da Câmara;
    - k) Revogação da Lei de Segurancas;
    - l) Nacionalização das empresas estrangeiras que operam nos serviços públicos e setores fundamentais da economia brasileira;
    - m) Reorganização legal, via e efetiva da Lei de Remuneração de Lauro;
    - n) Política econômica-baseada em desenvolvimento econômico nacional.
- Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962. O Conselho Geral dos Trabalhadores.

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DOS ESTADOS DA GUANABARA, RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DA GUANABARA

**SAÚDAM, calorosamente, os bancários e securitários e a todo o povo trabalhador da Guanabara e do Brasil.**

— Estimam que cada um tenha Boas Festas, com um Natal tranquilo em seu lar, repousante das canseiras e dos percalços. E consignam seus votos de melhor Ano Novo.

— Por isso, desejam também a todos (para que cada um possa ter o ano mais feliz) novas vitórias na luta coletiva — augurando que, para tanto, cresçam nossa unidade e nossa organização, nosso entrelaçamento e ação comum com os demais trabalhadores. Pois só assim poder-se-á acrescentar outras tantas conquistas à soma das já obtidas, poder-se-á preservar os direitos já alcançados.

— Que o Brasil siga na reta para o progresso, feitas as reformas básicas, inclusive uma reforma bancária progressista, que desbravarão o caminho do desenvolvimento e da emancipação. O avanço nacional para o progresso tornará possíveis maiores esperanças para os trabalhadores.

— Que haja respeito mútuo entre as nações. E respeito à soberania dos povos também.

— Que a paz reine no Mundo.

# Dever Patriótico: Esmagar o Golpe e o Entreguismo

Por trás da aparente "trégua de Natal, desenvolvem-se os planos ocultos nos bastidores do entreguismo visando golpear as liberdades democráticas e forçar — se não conseguirem evitar o plebiscito — a constituição de um Governo mais docil ao imperialismo. A pressão continua a ser feita, enquanto o titular Lacerda dá os últimos retoques na nova Carta Brandi, com que pretende, às vésperas do referendo que estabelecerá o Ato Adicional, "estabelecer a Nação".

O sentido desta aparente antinacional já está bastante claro para o povo brasileiro. Os efeitos reacionários, como se sabe, conseguiram conter a obra resultante da intenção de sr. Jânio Quadros, forçando uma situação de compromisso — o Ato Adicional n.º 4 — centrada nos interesses do País e do povo. Impediram que o presidente da República se

investisse nas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição, numa espécie de meia cassação de mandato. E transferiram para o Parlamento — manipulando ainda pelas cúpias reacionárias — poderes que não lhe pertenciam nem lhe pertencem. Causaram dessa maneira graves prejuízos à Nação e às massas populares. Comprometeram-se formalmente a submeter o Ato Adicional a uma consulta plebiscitária, mas tudo fizeram para evitar ou tornar ineficaz essa consulta. Ainda sob a irresistível pressão das forças democráticas, foram obrigados a recuar, aprovando a realização do plebiscito para o próximo dia 6 de Janeiro. Agora, com possibilidades de impedir o plebiscito, lançam mão de todos os recursos — dos mais sutis aos mais grosseiros — para retirar o significado político da

consulta popular e obter do sr. João Goulart, por antecipação e sob a ameaça de intervenção militar norte-americana, o compromisso de que "tudo ficará como antes". Foi essa, antes de mais nada, a principal finalidade da insinuação "missão Robert Kennedy". E' esse o sentido das "advertências" que se difundem nos jornais mais representativos das forças governamentais e monárquicas dos Estados Unidos. E' a forma que se relacionam as "advertências" e "sugestões" feitas e prometidas por Lacerda II com estas, a significação do "desafio" lançado ao Goulart e a toda a Nação pela quadrilha desenhada por Getúlio Vargas de Bulhões e demais fardados do FMI no Brasil.

Ha, nota, todo um plano articulado e em desenvolvimento, cuja cobertura vem sendo feita sistematicamente pela imprensa de aluguel, como se vêem os editoriais de "O Globo" e "O Estado de São Paulo". Este se pretende com esse plano? Pretende se solenizar e exaltar o plebiscito e obter do sr. João Goulart comprometimento como o de transferir para o Goulart a orientação da politica exterior, de manter o equilíbrio financeiro e constituir, enfim, um governo mais reacionário que o atual.

Trata-se, portanto, de uma manobra antinacional e antipatriótica que o povo brasileiro repudia e derrotará.

## DEMISSÃO PARA BULHÕES

Vamos recordar que a demissão de Lacerda para Bulhões foi feita em nome do povo brasileiro, para evitar a intervenção militar norte-americana e a consequente cassação do mandato de Lacerda. A demissão foi feita em nome do povo brasileiro, para evitar a intervenção militar norte-americana e a consequente cassação do mandato de Lacerda.

Quando o executivo da república se demiteu, a situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart. A situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart.

Quando o executivo da república se demiteu, a situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart. A situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart.

Quando o executivo da república se demiteu, a situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart. A situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart.

## A PARTICIPAÇÃO DE LACERDA

Quando o executivo da república se demiteu, a situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart. A situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart.

## COMO O PLEBISCITO MANEJADO

Quando o executivo da república se demiteu, a situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart. A situação política estava muito complicada. O presidente da República, Jânio Quadros, havia renunciado ao cargo em favor de seu vice, João Goulart.

## CAMPANIA CONTRA O BRASIL

Uma campanha contra o Brasil está sendo desenvolvida em vários países. O objetivo é desacreditar o governo brasileiro e promover a intervenção militar estrangeira. A campanha é liderada por grupos reacionários e imperialistas.

Uma campanha contra o Brasil está sendo desenvolvida em vários países. O objetivo é desacreditar o governo brasileiro e promover a intervenção militar estrangeira. A campanha é liderada por grupos reacionários e imperialistas.

## JORNALISMO AMERICANO

Os jornais americanos têm desempenhado um papel importante na divulgação de informações sobre o Brasil. Muitos jornais têm publicado artigos e reportagens que são altamente tendenciosos e reacionários.

Os jornais americanos têm desempenhado um papel importante na divulgação de informações sobre o Brasil. Muitos jornais têm publicado artigos e reportagens que são altamente tendenciosos e reacionários.

## JORNALISMO AMERICANO

Os jornais americanos têm desempenhado um papel importante na divulgação de informações sobre o Brasil. Muitos jornais têm publicado artigos e reportagens que são altamente tendenciosos e reacionários.

Os jornais americanos têm desempenhado um papel importante na divulgação de informações sobre o Brasil. Muitos jornais têm publicado artigos e reportagens que são altamente tendenciosos e reacionários.

## NÃO AOS INIMIGOS DO BRASIL!

Os inimigos do Brasil estão tentando promover a intervenção militar estrangeira e a cassação do mandato de Lacerda. Não devemos permitir isso. Devemos lutar pela defesa da nossa soberania e da nossa democracia.

Os inimigos do Brasil estão tentando promover a intervenção militar estrangeira e a cassação do mandato de Lacerda. Não devemos permitir isso. Devemos lutar pela defesa da nossa soberania e da nossa democracia.

**SPENCER BITTENCOURT**

Esposa, filhos, netos, sobrinhos, pais, irmãos e parentes de Spencer Bittencourt poderão receber as sentenças definitivas de seus processos, assim também as tutelas e curatelas que foram prestadas por meio do doutoramento em Direito com o pagamento do precatório especial, por morte, peno e vivo.

**Faleceu José Martins (Martinzão)**

Faleceu na última terça-feira dia 25, em São Paulo José Martins (Martinzão). O desaparecimento de Martinzão causa profundo pesar entre os comunistas brasileiros, em cujas fileiras lutava, há muitos anos, pelos interesses da classe operária e do povo. Martinzão tem o seu nome para sempre ligado a uma intelecção e fecunda atividade revolucionária, sobretudo entre as massas camponesas, em cujo ensino, recrutamento e organização dedicou as suas melhores energias e deu uma enorme contribuição.

**AUMENTO, ENQUADRAMENTO, 13º E SINDICALIZAÇÃO: METAS DOS «BARNABÉS»**

Para o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil as próximas semanas serão de grandes lutas visando o 13º salário para os funcionários públicos federais, aumento de vencimentos, enquadramento, readaptação e gratificação por risco de vida.

**13º SALÁRIO**

E' entre os funcionários dos Institutos de Previdência, entretanto, que o movimento reivindicatório aparece com maior envergadura e profundidade. "Não nos é possível" — conforme declarou um dos diretores da União dos Previdenciários do Brasil — assistimos, passivamente a caminhar com o Governo Federal encara a situação do seu funcionalismo público, civil e militar.

**Um livro que nos conta o drama do café**

**Josué Almeida**

O livro de Cid Silveira — *Café, um drama na economia nacional* (Editora Civilização Brasileira, 33 pp.) — veio seguramente preencher uma lacuna na bibliografia do café. Não se tem escrito sobre esse produto que já foi rei absoluto na economia brasileira e que ainda hoje é a nossa principal fonte de divisas, abordando-se sob diferentes aspectos sua influência na economia, na politica, na cultura e até nos costumes nacionais. Entretanto, com poucas e limitadas exceções, sobretudo nas obras relativas a economia do café, propriamente dita, o aspecto principal ou o oculto, ou o relacionado, ou, simplesmente, omitido. Retratamos no café, como instrumento usado historicamente pelo imperialismo — a princípio, principalmente o europeu e depois quase exclusivamente o norte-americano — para manter a economia brasileira num estágio semi-feudal, através de sua compra que, em sua essência, é muito semelhante àquela praticada há época da escravidão. O livro de Cid Silveira trata precisamente sobre a comercialização do café e, em particular, sobre o monopólio exercido por seis firmas norte-americanas, em última análise as detentoras das patentes do nosso principal produto de exportação. E aí reside o merito maior do trabalho.

Quando de antigos documentos de informação, pesquisas e atualizados ao longo de muitos anos de estudo da economia cafeeira, o autor nos proporciona bom material de análise, pelo qual fica comprovada a tese central do livro, de resto idêntica a sustentada pelas correntes nacionalistas: o controle exterior do café tem sido usado pelo imperialismo para manter-nos, tanto quanto possível, numa situação de atraso e inferioridade.

Nas nove capítulos em que dividiu o seu trabalho, Cid Silveira trata sucessivamente da estrutura do mercado nacional cafeeiro de café, que abrange três categorias de firmas: 6 distribuidoras, todas norte-americanas, "simplex" agentes de compra de café nas fazendas nos Estados Unidos; 3 firmas negociadoras e 25 pequenas firmas de café beneficiadas de acordo com o sistema estabelecido entre 1949 e 1959; e ainda duas seções das firmas americanas, de procedimentos adotados para co-

**MEMORIAL**

Em julho passado, dez e dez entusiastas filiados à Federação dos Carreiros dos Servidores Públicos enviaram memorial ao presidente João Goulart reclamando o plano de class. sênior, de cargos e funções. O documento critica o Departamento Administrativo do Serviço Público e, sobretudo, a Comissão de Classificação de Cargos do seu Departamento, que não está à altura das suas atribuições legais e técnicas.

Sendo presidente, const. do, não que nos dá, de 1961, nos meses de maio e junho, o primeiro na ordem de classificação de cargos e funções, em função da importância que tem para a administração pública, considerando a importância da carreira, a importância da carreira, a importância da carreira.

**AUMENTO IMEDIATO**

"Os escreventes-dactilografos do serviço público federal percebem apenas 21 mil cruzeiros mensais, que com os descontos ficam reduzidos a 19 mil cruzeiros. Menos, portanto, que o novo salário mínimo recentemente decretado pelo Governo. Note-se que a esmagadora maioria dos servidores da União está na faixa que vai do nível 5 ao 8. Agora perguntamos: de que maneira um escrevente-dactilografado, que pertence ao nível 7, que é obrigado a andar de boné e gravata, pode sustentar os seus familiares, ainda que nas bases mais modestas do mercado de trabalho? A situação é intolerável. E as despesas com transporte, roupa, sapatos, farmácia, saúde, alimentação, etc., para a família inteira de que maneira serão atendidas?"

"Diante da luta geral do funcionalismo, a UPB vai exigir um aumento de vencimentos de acordo com o real aumento da custo de vida, a partir da virada do novo salário mínimo. Vamos realizar uma greve de fome, com a participação de milhares de companheiros, que dependem da unidade de todos, da firmeza e do apoio de todos os companheiros."

"Que todos os funcionários federais lembrem-se do exemplo oferecido pelo ferroviários. Com disposição e luta, reformularam a antipática medida do Governo, que pretendia negar-lhes os benefícios do 13º mês. E isso que temos de fazer para conseguirmos um aumento de vencimentos imediato, e em bases justas, que não afetem os privilegiados que todos estamos sofrendo" — concluiu.

**Paulo Motha Lima**

Em sua mensagem de Natal, o Papa João XXIII apresentou os objetivos da preservação da paz como sua mais importante preocupação. Este é também o pensamento do Conselho Econômico, por sinal revelado em pronunciamentos de D. Helzer Câmara, pois o arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro se inclinou, com acuidade caereuse, o verdadeiro sentido da reunião do Vaticano.

Numa entrevista a "Última Hora" o escritor católico Alcega de Almeida Lima reiterou-se a atitude do Papa João XXIII em relação ao mundo, a sua largueza de espírito. E observou: "Como não compreendemos a Papa romeno o profeta, a sua doutrina, o seu ensinamento, não devemos dar-lhe um tratamento particular e especial, exatamente, aqueles que representam, no momento, o ponto neurálgico de contradição ideológica e de interesses no mundo."

Que se passa no mundo católico e principalmente no Brasil? A doutrina do Vaticano II, as modificações de postura e atitude do Vaticano II, a mudança de atitude e postura do Vaticano II, a mudança de postura e atitude do Vaticano II, a mudança de postura e atitude do Vaticano II.

A Igreja Católica, segundo o Papa João XXIII, não se preocupa apenas com o mundo, mas também com o Brasil. O Brasil é um país de grande importância para a Igreja Católica. O Brasil é um país de grande importância para a Igreja Católica.

# Posta da Nova Política de Coexistência Pacífica

A revista NUNOS, nº 13, com publicações...

O tema da revista é a Nova Política de Coexistência Pacífica, analisando as implicações da nova estratégia internacional...

Paralelamente ao desenvolvimento da nova política, observa-se a evolução das relações internacionais...

Os países em desenvolvimento, especialmente os da América Latina, desempenham um papel crucial na nova política...

A nova política de coexistência pacífica representa um ponto de viragem na história das relações internacionais...

Esta nova abordagem política visa promover a paz e a cooperação entre as nações, independentemente do seu sistema político...

Esta nova política de coexistência pacífica, que se caracteriza por uma maior flexibilidade e abertura...

Em contraste com a política anterior, a nova política de coexistência pacífica não se baseia na confrontação...

A nova política de coexistência pacífica implica uma mudança fundamental na postura das potências mundiais...

Esta nova política de coexistência pacífica é essencial para a realização de um mundo mais pacífico e cooperativo...

A nova política de coexistência pacífica representa um compromisso firme com a paz e a justiça internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica é uma resposta necessária às exigências da atual situação internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica, que se caracteriza por uma maior flexibilidade e abertura...

Em contraste com a política anterior, a nova política de coexistência pacífica não se baseia na confrontação...

A nova política de coexistência pacífica implica uma mudança fundamental na postura das potências mundiais...

Esta nova política de coexistência pacífica é essencial para a realização de um mundo mais pacífico e cooperativo...

A nova política de coexistência pacífica representa um compromisso firme com a paz e a justiça internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica é uma resposta necessária às exigências da atual situação internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica, que se caracteriza por uma maior flexibilidade e abertura...

Em contraste com a política anterior, a nova política de coexistência pacífica não se baseia na confrontação...

A nova política de coexistência pacífica implica uma mudança fundamental na postura das potências mundiais...

Esta nova política de coexistência pacífica é essencial para a realização de um mundo mais pacífico e cooperativo...

A nova política de coexistência pacífica representa um compromisso firme com a paz e a justiça internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica é uma resposta necessária às exigências da atual situação internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica, que se caracteriza por uma maior flexibilidade e abertura...

Em contraste com a política anterior, a nova política de coexistência pacífica não se baseia na confrontação...

A nova política de coexistência pacífica implica uma mudança fundamental na postura das potências mundiais...

Esta nova política de coexistência pacífica é essencial para a realização de um mundo mais pacífico e cooperativo...

A nova política de coexistência pacífica representa um compromisso firme com a paz e a justiça internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica é uma resposta necessária às exigências da atual situação internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica, que se caracteriza por uma maior flexibilidade e abertura...

Em contraste com a política anterior, a nova política de coexistência pacífica não se baseia na confrontação...

A nova política de coexistência pacífica implica uma mudança fundamental na postura das potências mundiais...

Esta nova política de coexistência pacífica é essencial para a realização de um mundo mais pacífico e cooperativo...

A nova política de coexistência pacífica representa um compromisso firme com a paz e a justiça internacional...

Esta nova política de coexistência pacífica é uma resposta necessária às exigências da atual situação internacional...

## Thomas Mann, Brasil e o Revolucionário

de Renato de Lencastre

Quando a Alemanha nazista se tornou o campo de batalha de uma guerra mundial, Thomas Mann...

**REVISTA NUNOS**

Publicação semanal

Editor: Renato de Lencastre

Redação: Rua do Ouvidor, 111 - Rio de Janeiro

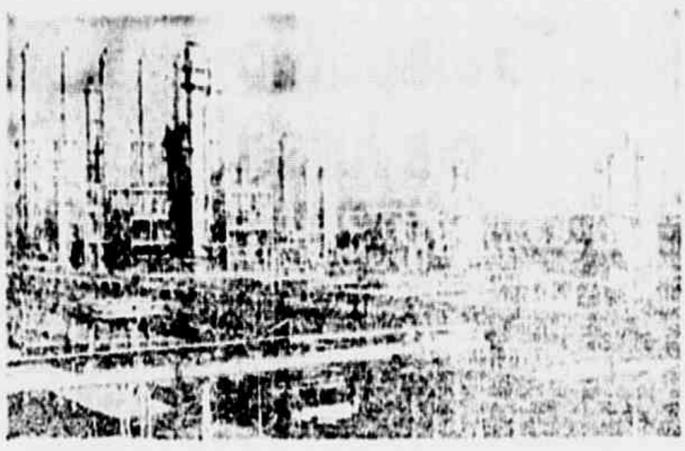
Telefone: 22-2211

Assinaturas: Rua do Ouvidor, 111 - Rio de Janeiro - Caixa Postal 2000

ASSINATURAS ANUAIS

1 ano	1.000,00
2 anos	1.800,00
3 anos	2.500,00

Em quinze anos... RUMÂNIA: UMA DAS PRINCIPAIS PRODUTORAS DE PETRÓLEO DA EUROPA PETROLÍFERA



PROGRESSO

Indústrias maiores do mundo continuam hoje os trabalhos fabricados no Romênia para a indústria petrolífera. Têm-se desenvolvido constantemente os estudos para a construção de uma refinaria na montanha de...

UNE: PROTESTO CONTRA TAXAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Em nota dirigida aos estudantes e ao povo a União Nacional dos Estudantes (UNE) anunciou que, em 15 de novembro de 1962, realizou o seu 10º aniversário. O documento afirma a luta contra as taxas em universidades públicas, afirmando que a UNE afirma a luta contra a taxa de matrícula e a taxa de alimentação dos estudantes que se recusam a pagar qual...

PPS Problemas da Paz e do Socialismo revista teórica e de informação internacional Rio de Janeiro 1962 1963 Deseja a seus amigos, leitores, agentes e distribuidores um Feliz Natal e um novo ano de paz e progresso social.

Conversa de fim de ano

Conversa de fim de ano... Enilda... Conversa de fim de ano... Enilda... Conversa de fim de ano... Enilda...

Conversa de fim de ano... Enilda... Conversa de fim de ano... Enilda...

Table with 2 columns: Item name and Price (Cr\$). Includes items like 'Revista de Economia', 'Revista de Política', etc.

FUNDAMENTOS DO MARXISMO-LENINISMO Um presente realmente sugestivo em um volume todo em português... Editora Progresso

NÃO PERCA esta oportunidade: DPC... Edição Severino

UM ANO QUE É O ANO Dê-se ao presente o melhor presente para esse ano... Av. Rio Branco...

Um presente realmente sugestivo... FUNDAMENTOS DO MARXISMO-LENINISMO... Edição Severino

Um presente realmente sugestivo... FUNDAMENTOS DO MARXISMO-LENINISMO... Edição Severino

Também me lembro com bastante precisão do primeiro filme que vi... Também me lembro com bastante precisão do primeiro filme que vi...

Um presente realmente sugestivo... FUNDAMENTOS DO MARXISMO-LENINISMO... Edição Severino

Uma, compravam ao fim de um período determinado... Uma, compravam ao fim de um período determinado...

Um presente realmente sugestivo... FUNDAMENTOS DO MARXISMO-LENINISMO... Edição Severino





# Reforma Bancária:

## Instrumento a Serviço da

## Emancipação Nacional

A reforma do sistema bancário nacional tem sido objeto de várias propostas, projetos e substitutivos, alguns dos quais tramitam atualmente no Congresso Nacional. Há muitos anos, defende-se a necessidade de reformular o sistema. Hoje, trata-se de uma necessidade imperiosa do desenvolvimento e da emancipação do País, motivo pelo qual está ela inscrita como uma das reformas de base pelas quais lutam todas as forças progressistas: Reforma Agrária, Tributária, Eleitoral, todas interdependentes e necessitando de uma formulação harmônica, por conseguinte.

O substitutivo de autoria do deputado Daniel Faraço, cuja aprovação estava iminente na Câmara dos Deputados, levantou uma onda de protestos em todo o País, notadamente por parte dos bancários, o que levou mesmo a delegação em greve de caráter nacional, chamando a atenção dos parlamentares, das autoridades, de todos os trabalhadores, para os aspectos negativos daquela proposição.

Alertados por estes movimentos, pela posição firme dos verdadeiros nacionalistas, e apesar da criminosa mas sintomática omissão da chamada grande imprensa, os trabalhadores passaram a exigir, e com eles, os demais camadas progressistas do nosso povo, que a reforma bancária neces-

saria ao nosso desenvolvimento e que fosse efetivamente de base, contivesse elementos capazes de assegurar o domínio do sistema bancário por parte de um organismo poderoso. De um instrumento nacional, capaz de levar à prática uma distribuição do crédito, uma seletividade de aplicação de recursos, uma política bancária, enfim, que atendesse às verdadeiras necessidades de um programa de desenvolvimento, em função inclusive da melhoria do nível de vida de nosso povo e particularmente, da integração de vastas áreas de nosso território na comunhão econômica nacional.

A este respeito, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), auxiliada por um grupo de economistas, líderes sindicais, antigos bancários, de grande capacidade profissional, está promovendo uma série de debates, estudos, chegando a divulgar os primeiros resultados desse trabalho, num folheto de grande repercussão em todos os meios bancários.

Nesses subsídios, e outros elementos colhidos entre autoridades no assunto, nos apoiamos para analisar alguns aspectos do problema, que longe, muito longe mesmo de

esgotar o assunto, não tem outro objetivo senão o de alertar o povo, particularmente os responsáveis mais diretos por essa questão, para a necessidade de um estudo mais aprofundado da reforma bancária, visando a que se aprove um projeto que atenda de fato às necessidades atuais do Brasil.

E que esteja em harmonia com todos os demais reformas de base, cuja aprovação é uma exigência de todos os que desejam de fato a emancipação econômica do País, a liquidação dos obstáculos ao seu desenvolvimento, a melhoria do nível de vida do povo brasileiro.

### IV — REDESCONTO E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Ligadas ao problema da seletividade do crédito, devem estar as normas de redesconto e recolhimento de depósitos dos estabelecimentos de crédito do Banco do Brasil. Esta questão é de maior importância para a prática da seletividade, tanto no que se refere à aplicação de recursos aos vários setores de atividade, como à correta distribuição dos meios de pagamento.

Trata-se também de impedir que os recursos brasileiros sejam utilizados e monopolizados por empresas de capital estrangeiro, dando, por outro lado, condições de expansão às empresas nacionais.

É necessário que o processo de recolhimento dos depósitos bancários, bem como o redesconto, mecanismos que já estão ao dispor das autoridades monetárias, sejam amplamente utilizados como instrumentos de

correção do fluxo de crédito e não apenas, como se faz tradicionalmente, de simples contenção dos meios de pagamento.

Um exemplo prático: quando um determinado banco aplicar exígua proporção de seus depósitos (mas baixa que a estabelecida pelas autoridades), em atividade econômica essencial, ou desvia-los inadequadamente de uma para outra região, a taxa de recolhimento de depósitos ao Banco do Brasil poderá ser elevada. Por outro lado, isto não impedirá que o mesmo banco redesconte os papéis referentes a empréstimos concedidos de acordo com as recomendações das autoridades monetárias.

Assim, o banco disporá sempre de recursos para operações que atendam aos objetivos dos programas de desenvolvimento, estando apto a corrigir qualquer ex-

cesso em que tenha incorrido. O redesconto funcionará como redistribuidor racional dos recursos arrecadados do público pelo próprio sistema bancário.

A elevação da taxa de recolhimento compulsório ao Banco do Brasil dos depósitos de bancos que realizem operações especulativas ou investimentos em atividades improdutivas, poderá reduzir o apelo às emissões, ficando o redesconto, por outro lado, integrado em sua legítima função de redistribuir os meios de pagamento nas regiões e atividades econômicas, onde poderão contribuir de forma concreta para o desenvolvimento da economia nacional.

Naturalmente, as taxas de juros dos depósitos recolhidos compulsoriamente ao Banco do Brasil, bem como as do redesconto deverão ser fixadas pelas autoridades monetárias, levando em

conta o equilíbrio dos bancos arrecadadores e a necessidade de expansão de crédito ali onde for mais adequado.

É preciso, portanto, que a reforma bancária estabeleça um sistema condicional a um mecanismo poderoso capaz de realizar uma política de crédito que atenda ao desenvolvimento e à emancipação econômica do País.

Esse mecanismo, os órgãos executivos e deliberativos do sistema bancário, devem ter importantes atribuições de fiscalização e capacidade legal para exigir que toda a rede bancária sirva àquela política, redescontando ou exigindo maior recolhimento de recursos, sempre que esta ou aquela operação forem julgadas necessárias ao equilíbrio de meio circulante ou a uma melhor aplicação dos recursos.

### I — NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS ESTRANGEIROS

Não poderá, de forma alguma, o sistema bancário que se deseja estabelecer através de uma Reforma Bancária, ser orientado ou mesmo sofrer influências de grupos estrangeiros. Embora existam projetos no Congresso Nacional, promovendo a nacionalização dos bancos estrangeiros ou de seus depósitos, é oportuna e indispensável a inclusão desse problema na reforma bancária que o País exige.

Se os bancos privados, mesmo de capitais nacionais, não levam à prática, na atual conjuntura, uma política de crédito adequada aos interesses do Brasil, é fácil imaginar o quanto é baixo no País a existência de estabelecimentos bancários com sede no exterior. Utilizando nessa poupança em empréstimos não só superlucros mas muitas

vezes prejudiciais, porque favorecem certos grupos internacionais, os bancos estrangeiros são verdadeiros instrumentos dos espoliadores. Depósitos de brasileiros, afinal, que são empregados a empresas estrangeiras, e levados para o exterior, em forma de transferência de lucros, royalties, etc.

Além de vedar-se o funcionamento de estabelecimentos de crédito com sede no estrangeiro, devemos exigir que o capital dos bancos com sede no País seja constituído por ações nominativas pertencentes a pessoas físicas e que estas sejam brasileiras, natos ou naturalizados, há já há cinco ou dez anos, e todas residentes no País.

Esta é uma questão fundamental para a reforma bancária. É um princípio absolutamente essencial, inclusive porque é uma das

condições básicas para a emancipação econômica do País. Não é por acaso que se nota, hoje, uma tremenda ofensiva de grupos estrangeiros, visando ao controle de vários bancos nacionais, o que é uma ameaça ao País, porque leva ao estrangulamento da economia nacional, à estagnação e mesmo ao retrocesso do desenvolvimento do País, através do domínio de um dos seus centros vitais.

Os bancários, a propósito, já declararam, em documento público, que estão dispostos a defender os bancos genuinamente nacionais e convocaram os banqueiros independentes a que também tomem posição, já que nesse caso coincide seus interesses. E mostraram que um vasto domínio da rede bancária pelos estabelecimentos estrangeiros, além

de outras implicações sociais e políticas, poderá significar a suspensão do crédito e paralisação de quaisquer atividades econômicas que não sirvam aos interesses de certos grupos internacionais.

Na reforma bancária, poderão ser determinados os prazos e as condições necessárias à adaptação da atividade bancária às normas da nacionalização, zelando sempre pela preservação dos direitos dos credores e dos empregados brasileiros. Quanto a estes, deverão ter garantidos todos os seus direitos, no que se refere a salários, tempo de serviço e funções, com seu aproveitamento nos bancos oficiais, no caso de liquidação do estabelecimento estrangeiro,

### II — DISCIPLINA RIGOROSA DOS CRÉDITOS

A própria Constituição de 1946 determina a necessidade de disciplinar e orientar a distribuição do crédito. Uma reforma bancária autêntica não pode omitir, a respeito, visando, pelo contrário, fornecer instrumentos que permitam condicionar ao bem comum a utilização dessa força poderosa, com profundos reflexos sociais e econômicos, que é a distribuição do crédito.

Longe vai o tempo em que os estabelecimentos de crédito e outros ramos fundamentais do comércio e da indústria poderiam operar apenas com objetivos lucrativos, sem levar em conta sua função social. No caso dos bancos, que promovem a redistribuição dos recursos ociosos do povo, das reservas das empresas, participações em investimentos e

financiamentos, etc., deve ficar bem clara sua função social. Porque esses recursos não pertencem aos bancos, mas à sociedade, em cujo benefício devem ser aplicados.

Dessa forma, não poderão ser empregados ao bel-prazer dos banqueiros, mas sua distribuição ser orientada e disciplinada pelo poder público, através de um instrumento apropriado. Bem sabemos que grande parte dos recursos dos bancos são aplicados em empréstimos verdadeiramente imorais sob o ponto de vista social, como os concedidos para a produção de artigos suntuários, retenção de estoques, para especulações com imóveis ou mercadorias ou para financiar indústrias lucrativas, mas não fundamentais para o desenvolvi-

mento do país ou para trazer maiores benefícios sociais, como é o caso das fabricas de bugigangas, refrigerantes, etc.

Os próprios bancos, pelo menos oficialmente, admitem esse controle. Da Declaração de Belo Horizonte, aprovada pelo III Congresso Nacional de Bancos em julho deste ano, consta que "não recusam os bancos privados — antes, desejam — uma disciplina rigorosa na distribuição do crédito". Não poderá, portanto, a regulamentação do sistema bancário fugir ao objetivo de defender e auxiliar o desenvolvimento do país, ao invés de garantir aos estabelecimentos privado o direito de acumular lucros sem qualquer finalidade social.

As riquezas do Brasil, suas

fontes de matérias-primas de energia, seus recursos, enfim, não poderão continuar sendo malbaratados e arrebatados para o exterior, em um processo de empobrecimento do País, uma das causas fundamentais do encarecimento do custo de vida.

És porque os recursos de que dispõem os bancos oficiais e privados devem ser aplicados essencialmente nos empreendimentos que conduzam à criação de riquezas em função do desenvolvimento e da emancipação econômica e política do País.

A reforma bancária deve caracterizar esse objetivo com bastante clareza, fornecendo os elementos necessários ao controle da distribuição do crédito.

Essa política se reflete no verdadeiro paradoxo que constitui o fato de as regiões pobres, necessitadas de investimentos, como o Norte e o Nordeste, serem exportadoras de capitais para São Paulo e Guanabara. Isto, como é claro, agrava o já gritante desnível existente entre o desenvolvimento econômico dessas vastas zonas do País.

Esse contraste é sentido também quanto aos meios de pagamento. Enquanto em algumas regiões há excesso de meio circulante, em outras há escassez de numerário para operações comerciais. Isto é prejudicial em ambos os casos: contribui para elevar os preços e entravar a produção, ao

### V — FORTALECER E NÃO LIQUIDAR O BB

Os projetos de reforma bancária, que há 16 anos tramitam pelo Congresso, apresentam em comum, entre outros, o erro de pugnar pela fragmentação do Banco do Brasil. O último, isto é, o substitutivo Daniel Faraço, pretende criar o Banco Central do Brasil, o Banco Rural do Brasil e o Banco do Brasil (remanescente), ao mesmo tempo em que transfere ao novo banco central as seções executivas da SUMOC e transfere ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito em Conselho Monetário Nacional.

Na verdade, a solução desse problema estaria na integração do Banco do Brasil como o banco central, acrescentando-lhe as poucas funções que ainda não desempenha desse caráter. Nesse sentido, categorizados funcionários do BB já se pronunciaram, em documen-

to dirigido ao Governo. Nêle, afirmam aqueles profissionais, entre outras coisas, que a "fragmentação do Banco do Brasil resultará na dispersão de vultosos recursos, obstando o fluxo normal do crédito no amparo à produção e à circulação de riquezas", acrescentando que o projeto Faraço tolherá as atividades do BB, constituindo "violenta drenagem em seus recursos".

A transformação do Conselho da SUMOC em Conselho Monetário Nacional é, efetivamente, uma medida necessária, imprescindível em qualquer reforma bancária. Mas não a divisão do BB, que não corresponde a nenhuma das necessidades da parte instrumental da reforma.

Sob este aspecto, a solução mais adequada seria, ao invés dos quatro órgãos projetados, a criação de apenas

dois: o Banco do Brasil como banco central e o Conselho Monetário Nacional, como supremo órgão normativo do sistema.

Segundo o boletim 6/1962, da SUMOC, dois terços das atuais operações do Banco do Brasil seriam desviados se fosse criado um novo banco central e um rural. Por outro lado, se retirados do BB os recursos provenientes das atividades governamentais, estes ficariam reduzidos, tomando por base a data de 31-8-62, a apenas 224,7 bilhões, quando eram da ordem de 1.080,3 bilhões (v. balancete do BB, de 31-8-62).

Acrescente-se a isto as dificuldades para a transferência dos débitos e contratos, do BB para os novos bancos: o central e o rural. Em 1961, atingia a cerca de 200 mil os contratos de créditos rurais em vigor. E fá-

cil imaginar as complicações que surgiriam dessa transferência, tanto jurídicas como operacionais, principalmente se imaginarmos que envolveriam mais de 500 agências do Banco do Brasil em todo o território nacional.

Em resumo, teríamos a dispersão dos recursos — atuais e potenciais — do BB por três órgãos, o que não garantiria a nenhuma das funções de manutenção ou instituição poderosa, capaz de exercer as necessárias funções de impulsionamento e desenvolvimento da economia nacional.

A reforma bancária deve, por conseguinte, não só impedir a liquidação do Banco do Brasil, mas dar-lhe as funções de banco central, fortalecendo-o para que possa enfrentar as verdadeiras necessidades da distribuição do crédito.

### VI — INDISPENSÁVEL A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

Hoje, é imperiosa necessidade ouvir-se a voz dos trabalhadores em todas as grandes decisões, sejam elas dos terrenos políticos, econômico ou administrativo. Todos os grandes problemas nacionais estão exigindo, para sua solução, a opinião decidida de representantes dos trabalhadores.

Não deverá constituir exceção, muito pelo contrário, o projeto de reforma bancária. A participação dos representantes dos empregados em estabelecimentos de crédito na direção do sistema bancário nacional deve ser colocada com a maior clareza na lei que instituir a Reforma.

Nesse sentido, é das mais justas a pretensão dos bancários, através de suas entidades sindicais. Trata-se da administração de importantes órgãos e os bancários alegam, com muita razão, que os direitos e interesses dos trabalhadores não podem ficar cingidos aos campos da legislação do trabalho ou da previdência social.

No caso particular do sistema bancário, assinala-se que as decisões tomadas no campo da moeda e do crédito, tal o seu vulto e sua implicação não só econômico-financeiras, mas sociais e políticas, provocam

importantes reflexos nas condições de vida e de trabalho do povo, particularmente dos trabalhadores, além de estarem intimamente ligadas aos mais elevados interesses do País. São decisões que dizem respeito à política econômica, de âmbito nacional, devendo pois os trabalhadores se fazerem ouvir a respeito.

As decisões de caráter administrativo — dizem com justiça os bancários — não podem ficar a cargo apenas de empresários, seus delegados ou técnicos governamentais. Seus interesses raramente coincidem com os do País. Por outro lado, dearam os trabalhadores, nas

representações que já exercem, como Justiça do Trabalho, órgãos da previdência, e alguns outros grandes exemplos de eficiência, dispondo mesmo, em suas várias categorias, de milhares de técnicos capazes, de inúmeros terrenos: administrativos, engenheiros, professores, economistas, e muitos outros altamente especializados, inclusive bancários, muitos deles profundos conhecedores da técnica do crédito e do câmbio.

É fácil imaginar a importância dessa participação, no caso particular do sistema bancário, se atentarmos para o fato de que há, no território nacional, entre

matrizes, filiais e agências de bancos, 5.500 estabelecimentos. Mais ainda: que as atividades básicas do sistema são as operações de câmbio, as de crédito e o controle dos meios de pagamento, este exigindo, por sua vez, disciplinamento dos empréstimos, dos depósitos e da emissão de papel-moeda.

Decisões a respeito dessas importantíssimas questões devem merecer, sem dúvida, a participação dos trabalhadores, através da escolha de seus representantes nos seus órgãos legítimos: sindicatos, associações profissionais, federações e confederações.

# NOVOS RUMOS